

Indefinições adiam a vinda de missão do FMI

por Cláudia Safatle
de Brasília

Com as indefinições no orçamento geral da União para o ano que vem, cuja aprovação pelo Congresso Nacional pode ser efetivada até o dia 15 próximo, fica adiada para depois da votação do parlamento, a vinda de uma missão técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI) para discutir as metas macroeconômicas a serem perseguidas em 1989 pelo governo brasileiro. Inicialmente essa missão chegaria ao País nos primeiros dias de dezembro, mas sem a aprovação do orçamento da União e das medidas fiscais nele embutidas, ficaria difícil para a área econômica se comprometer com um superávit de 0,07% do PIB nas contas do déficit operacional do setor público para 1989. Por enquanto, continuaria valendo o déficit operacional de 2% do PIB para o próximo ano, mas no momento em que a nova meta de zerar o déficit for oficializada, ela passará a ser uma meta comprometida no programa de ajustamento negociado com o FMI.

Os técnicos do Ministério da Fazenda já enviaram uma cópia do orçamento fiscal para 1989 aos técnicos do FMI, assim como todos os documentos que surgiram das negociações no âmbito do pacto social. O Fundo Monetário Internacional está acompanhando todos os passos da política

econômica do governo, como disse um desses técnicos.

Até o final desta semana a equipe econômica deverá concluir a redação do programa de modernização e ajustamento para o ano que vem, onde pretendem explicar as razões que levaram os ministros do Planejamento e da Fazenda a insistirem na obtenção de um pequeno superávit fiscal. O motivo primordial do esforço de zerar o déficit público no ano que vem se deve à impossibilidade do governo continuar pressionando o mercado financeiro para financiar seus gastos. Um processo que vem se repetindo há mais de uma década e apresenta evidências de esgotamento.

O resultado desse esforço de zerar o déficit seria iniciar em 1989 "um ponto de inflexão — começando a resgatar parte da dívida mobiliária interna", como assinalou um dos formuladores da política de ajuste fiscal. A idéia do governo é de atender à demanda por moeda no ano que vem mediante a compra de uma parcela da dívida interna. "Se você não tem déficit, não tem pressões vindas da área externa (com a redução do superávit comercial) e não tem avanços de crédito, a única maneira de atender à demanda por moeda da economia será resgatando dívida em títulos federais", concluiu a fonte.